

LIVRO COM CASOS DE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

APELO A CONTRIBUIÇÕES

Setúbal, 13 de Maio de 2012

A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS) planeiam lançar um livro com estudos de caso na área do “Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional”. Na preparação para este fim, haverá um seminário sob o mesmo tema no dia 9 de Outubro de 2012.

A publicação é dirigida a dois tipos de público:

- professores e estudantes do ensino superior, como ferramenta pedagógica a utilizar dentro e fora das aulas;
- Decisores e planeadores de política em instituições públicas e privadas, como fonte de inspiração para o desenho e a aplicação de políticas públicas nestas áreas;
- Empreendedores cujas actividades dependam ou provoquem externalidades significativas no ambiente económico local e regional, como um catalisador para a mobilização de parcerias adequadas;
- Líderes de desenvolvimento regional, como uma ferramenta de aprendizagem para tornar as suas parcerias mais eficazes.

A obra deverá, assim, apresentar um leque diversificado de casos que ilustre a aplicação de conhecimento a situações práticas através da metodologia de discussão de casos comum em programas académicos na área da gestão, do empreendedorismo e, mais recentemente¹, do ordenamento do território.

Esta iniciativa está aberta à contribuição voluntária de todas as pessoas que, pelos seus conhecimentos e experiências profissionais, se sintam em condições de escrever um caso com elevada qualidade e que respeite as orientações abaixo definidas. Espera-se encontrar propostas válidas em diferentes domínios da atividade profissional, como o ensino superior, a consultoria, o suporte a atividades de criação de empresas ou à

¹ Baleiras, Rui Nuno (coord., 2011), *Casos de Desenvolvimento Regional*, Cascais: Princípia. A Sc. 3 do respectivo Cap. 1 enquadra o que se entende como desenvolvimento regional para efeitos do livro ora proposto.

internacionalização, a transferência de tecnologia e de conhecimento, a decisão política, a inovação social, entre outras. Os autores não necessitam ser sócios da APDR para submeter as suas propostas.

A fim de despoletar a produção de casos, a APDR e a ESCE/IPS vão realizar um seminário em Setúbal, no próximo dia 9 de Outubro. As inscrições e submissões estão abertas na página oficial do evento (www.apdr.pt). A data limite para a submissão dos resumos será o dia 30 de Junho e dos textos completos 15 de Setembro. Os casos a apresentar neste “Workshop” alimentarão uma discussão sobre o formato da obra e os melhores serão posteriormente selecionados para integrar o livro, sem prejuízo de afinações subsequentes ao seminário. Cada caso será sujeito a revisão anónima.

Eventuais pedidos de esclarecimento sobre a elaboração dos casos ou o seminário deverão ser dirigidos à APDR, através da Eng. Elisabete Martins (elisabete.martins@apdr.pt).

As contribuições para o “Workshop” deverão já ter em conta as orientações abaixo sobre o que os coordenadores entendem ser casos relevantes para o livro.

ORIENTAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DOS CASOS

1. Cada texto deverá permitir aplicar conhecimentos analíticos a situações concretas efetivamente vividas, estudadas ou, de alguma forma, apreendidas pelo autor (ligação teoria à prática) num dos domínios referidos no número 3 abaixo. Destina-se a ser utilizado em, pelo menos, uma das seguintes situações:
 - a. académica — unidades curriculares do primeiro ou do segundo ciclo de estudos do ensino superior que tenham as áreas do empreendedorismo e do desenvolvimento regional como objeto de estudo;
 - b. profissional — estimulação de novas iniciativas empreendedoras em qualquer sector de actividade económica, independentemente da propriedade dos meios de produção, dinamização de ações individuais ou colectivas de desenvolvimento regional, avaliação ou desenho de políticas, etc.
2. O caso a abordar pode referir-se a qualquer tempo ou lugar. O autor tem a liberdade de escrever sobre situações de qualquer país ou qualquer época

histórica, embora se espere encontrar no livro um conjunto significativo de realidades relevantes para compreender e agir sobre problemas existentes atualmente.

3. A amplitude de temas de empreendedorismo e desenvolvimento regional a abarcar no livro é grande. São admissíveis temas dentro das seguintes áreas:
 - Políticas públicas de promoção do empreendedorismo
 - (Políticas públicas e programas públicos com impacto territorial na promoção do empreendedorismo)
 - Empreendedorismo e inovação social
 - (Projetos e programas inovadores públicos ou privados de empreendedorismo social com impacto territorial)
 - Ensino superior, transferência de conhecimento e criação de empresas
 - (Programas, iniciativas e estímulo à educação para o empreendedorismo e transferência de conhecimento no ensino superior para os territórios)
 - Empreendedorismo, inovação e criação de valor nos territórios
 - (Casos de setores ou empresas com impacto regional — indústria, serviços, agricultura — enquadráveis por nível de tecnologia, dimensão empresarial, estrutura da indústria, tipo de propriedade)
 - Empreendedorismo e internacionalização
 - (Casos de internacionalização ou Investimento Direto Estrangeiro com impacto em cadeias de valor presentes no território)
 - Empreendedorismo e acções de eficiência colectiva
 - (Casos em que atitudes empreendedoras contribuem para o sucesso de acções deliberadas de indução de competitividade territorial baseadas em economias de aglomeração ou rede — *vide* Cap. 16 de Baleiras (2011))
 - Outros temas relacionados com empreendedorismo e desenvolvimento regional considerados relevantes
4. Por desenvolvimento regional, deverá entender-se o processo de melhoria da qualidade de vida (desenvolvimento económico) experimentada pelas pessoas residentes em determinado território, tendo presentes as seguintes dimensões: atributos de rendimento, acesso a bens e serviços colectivos, coesão social e estado ambiental.

5. Cada caso deverá inscrever-se numa das seguintes modalidades:
 - a. descrição e solução de um problema (descrever o problema de uma organização ou conjunto de parceiros e apresentar uma solução); nesta modalidade, o problema, mal ou bem, foi superado;
 - b. descrição e análise crítica de um problema (descrever o problema de uma organização ou conjunto de parceiros e analisar criticamente as decisões tomadas com vista a reconhecê-lo e identificar caminhos de superação); nesta modalidade, o problema (ainda) não foi solucionado.

6. Cada caso deverá fazer referência à área de conhecimento a que corresponde e a sua estrutura deverá conter:
 - a. resumo (na língua do caso) e "abstract" (resumo em língua inglesa, se diferente);
 - b. palavras-chave (até cinco);
 - c. introdução
 - d. desenvolvimento (porventura, várias secções)
 - e. conclusão
 - f. referências bibliográficas
 - g. exercícios (enunciados e propostas de resolução)

7. A lista de referências bibliográficas (bloco 6.f acima) apenas pode conter a identificação de fontes efectivamente consultadas e explicitamente referidas no texto do caso propriamente dito (blocos 6.a a 6.e acima). Todas as fontes referidas nos exercícios, tanto as que já constem da lista anterior como fontes adicionais, deverão constar de nova lista a inserir no final das resoluções.

8. Secções, equações, figuras, quadros e outros objectos deverão ser numerados sequencialmente (numeração árabe).

9. Cada texto pode ser propositadamente escrito ou adaptado pelo autor para os fins previstos no número 1 acima.

10. O estilo deverá ser agradável para o leitor. Desaconselham-se textos pesados, excessivamente densos ou conteúdos eminentemente de investigação. Nunca esquecer as finalidades desta obra: pedagógica — ensinar, de preferência com

alegria — e profissional — encerrando boas práticas e metodologias úteis para as organizações.

11. No final de cada texto deverá haver um conjunto de três a cinco exercícios que possa induzir trabalho com os alunos. Os exercícios visam educar a capacidade de apreensão de informação a partir de fontes escritas, desenvolver a capacidade de revisão mental de conceitos e estimular a capacidade de transferir ou aplicar conhecimento a novas situações. Mais concretamente, os exercícios deverão estimular a consolidação de conhecimentos específicos da matéria tratada em cada capítulo e desenvolver competências transversais como: capacidade de síntese, rigor analítico, qualidade técnica e linguística da redacção, capacidade de entrevistar pessoas e de delas obter informações úteis para o fim em mente, trabalho em equipa, dotes de comunicação oral e arte de negociação.
12. Exemplos dos tipos de exercício a elaborar: discussão em sala de aula, ensaio individual, trabalho de campo, jogo de simulação, perguntas de recapitulação de conhecimentos transmitidos pelo texto e teoria conexa, umas mais abertas, outras mais fechadas. Cada exercício deverá conter o enunciado e uma proposta de resolução.
13. No final de cada exercício, o autor poderá acrescentar as referências bibliográficas que considere úteis para os leitores que queiram aprofundar o assunto abordado no caso, tendo em atenção o disposto no número 7 acima.
14. Cada texto não deverá ultrapassar os 37.500 caracteres, incluindo espaços, mas excluindo figuras, quadros, referências bibliográficas e exercícios.
15. Os exercícios (enunciado e resolução) e as referências bibliográficas não relevam para a extensão indicada no número 14 mas solicita-se concisão nos respetivos textos.
16. As propostas a submeter à APDR para o “Workshop” poderão ser redigidas em português, inglês ou castelhano. Aliás, a produção de capítulos em língua inglesa é particularmente encorajada tendo em vista o aproveitamento do livro em cursos frequentados por alunos provenientes de programas de intercâmbio internacional

e a própria divulgação no exterior de casos ocorridos no espaço ibero-americano. Os textos em português podem ser escritos segundo o antigo ou o novo acordo ortográfico mas nunca segundo os dois em simultâneo.

Os Coordenadores do livro

Prof^a Doutora Luísa Cagica Carvalho, Instituto Politécnico de Setúbal

Prof. Doutor Pedro Dominginhos, Instituto Politécnico de Setúbal

Prof. Doutor Rui Nuno Baleiras, Universidade do Minho e Conselho das Finanças Públicas

Prof. Doutor Tomás Dentinho, Universidade dos Açores e APDR